UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

DESAFIOS E DIFICULDADES DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ALUNO AUTISTA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Braulina Silva do Nascimento[1]
Dineuza Neves da Silva[2]

RESUMO

Este artigo versa sobre os desafios e dificuldades do ensino de Língua Portuguesa para o aluno autista nos anos finais do Ensino Fundamental. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo e descritivo. A referida temática se sustentou, em autores como Hundert (2009) e Matos (2015). Foram realizadas reflexões sobre a necessidade de se compreender o que de fato é a inclusão e da necessidade da escola se tornar um espaço para a expressão e compreensão das diferenças. Desta forma, expressa-se com essa pesquisa uma relevância acadêmica, já que por intermédio deste trabalho, outros discentes do âmbito acadêmico podem aderir a saberes referentes à temática, desenvolvendo estratégias metodológicas dentro da sala de aula. A análise dos questionários aplicados aos participantes apresentou uma variedade nas respostas e destacou a individualidade e complexidade das experiências no processo de inclusão, oferecendo uma visão abrangente das impressões, percepções e do trabalho desenvolvido por esses profissionais.

Palavras-chave: Autismo. Escola. Ensino de Língua Portuguesa. Inclusão.

ABSTRACT

This article is about the challenges and difficulties of teaching Portuguese to autistic students in the final years of Elementary School. To this end, a qualitative and descriptive bibliographical research was carried out. This theme was sustained by authors such as Hundert (2009) and Matos (2015). Reflections were made on the need to understand what inclusion actually is and the need for the school to become a space for the expression and understanding of differences. In this way, this research expresses an academic relevance, since through this work, other students in the academic field can access knowledge related to the topic, developing methodological strategies within the classroom. The analysis of the questionnaires applied to participants presented a variety of responses and highlighted the individuality and complexity of experiences in the inclusion process, offering a comprehensive view of the impressions, perceptions and work carried out by these professionals.

Keywords: Autism. School. Teaching Portuguese Language. Inclusion.

---

[1] Graduanda em Letras e Literaturas - Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
[2] Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Culturas das Infâncias, UNEB. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4944-1355. E-mail: dineuzaneves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral contribuir com o ensino inclusivo da Língua Portuguesa para estudantes com transtorno autista matriculados na escola regular. Tem, como objetivos específicos: identificar e compreender as dificuldades de ensino e inclusão de alunos com necessidades especiais dentro da escola; analisar e discutir o papel do professor junto à educação especial e compreender os aspectos que devem ser levados em conta na área de Língua Portuguesa para o ensino de alunos autistas.

O objeto desse estudo se refere a estudantes autistas matriculados nos anos finais do ensino fundamental.

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social, bem como pela presença de comportamentos repetitivos ou restritos.

O termo autismo, segundo Orrú (2012, *apud* Nascimento, 2021), origina-se do grego *autós*, que significa por si mesmo, sendo utilizado para descrever comportamentos introspectivos de pessoas que se concentram neles mesmos. É um transtorno global do desenvolvimento também chamado de transtorno do espectro autista, caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento da pessoa. Essas alterações levam a importantes dificuldades adaptativas que se manifestam antes dos três anos de idade, podendo ser percebidas em alguns casos e podendo variar muito, dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica, daí o uso do termo espectro. O termo “espectro” foi inserido ao nome do transtorno autista em 2013, por conta da diversidade de sintomas e níveis que as pessoas apresentam. Cada indivíduo com autismo tem seu próprio conjunto de manifestações, tornando-o único dentro do espectro.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM - V (2014) apresenta as características essenciais do transtorno do espectro autista como prejuízos persistentes na comunicação social recíproca e na interação social de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Essas características estão presentes desde o início da infância, podendo limitar ou prejudicar o funcionamento das atividades diárias do indivíduo e seu ambiente, mas intervenções, compensações e apoio educacional podem amenizar as dificuldades em alguns contextos.

Dessa forma, compreendendo o autismo como um transtorno que demanda estratégias de ensino e aprendizagem diferenciadas e direcionadas, propõe-se entender quais os desafios do ensino de Língua Portuguesa para estudantes com transtorno autista na escola regular.

A dificuldade de interação social e aprendizagem, geralmente presentes no sujeito com autismo, acarreta o surgimento de dúvidas em grande parte das instituições de ensino e profissionais da educação, sendo que a escola está sujeita a acolher uma multiplicidade de alunos, com vulnerabilidades cognitivas e dificuldade no processo de aprendizagem escolar.

Logo, é necessário que, por meio de adaptações estratégicas, a escola inclua esses alunos nas atividade pedagógicas, promovendo uma adaptação ao método para que aconteça o processo de aprendizagem escolar, respeitando seus limites, vulnerabilidades, diferenças e necessidades para que assim possibilite sua inclusão. Assim, para que o discente autista tenha bom desenvolvimento no processo de aprendizagem é indispensável que os profissionais educadores se especializem e estejam dispostos a elaborar novas metodologias e técnicas de ensino para esses alunos.

Inúmeras questões podem ser pensadas com o intuído de avaliar e analisar como alunos especiais podem ser integrados em um parâmetro de ensino de qualidade, que vise não apenas o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, mas também seu ingresso efetivo dentro da sociedade. Para isso, é preciso haver uma grande interação mútua entre a teoria educacional e a prática.

Desse modo, o professor é um importante mediador da aprendizagem escolar e este, precisa estar preparado para prover uma educação que inclua todos os alunos, com a utilização de uma metodologia de ensino adequada que contribua para o aprendizado e estimule o desenvolvimento total dos alunos.

A inclusão é atualmente uma proposta social de educação para todos que buscam educar os alunos para a convivência em uma sociedade diversificada, onde as diferenças devem ser reconhecidas e respeitadas.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico em livros e bases de pesquisa de teóricos como Hundert (2009); Matos (2015) e Mendes (2015), entre outros, que discutem os desafios e dificuldades do aluno autista, inclusão escolar de crianças com deficiência e seus direitos e necessidades educativas, para o desenvolvimento e permanência dessas crianças na escola.

Essa temática reafirma a necessidade de que todos percebam e aceitem a diversidade humana, para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além

disso, esse estudo será relevante para a prática docente, pois de nada adianta termos um aluno com necessidades educacionais especiais matriculado na escola se ela não estiver preparada, pois é necessário dedicação para garantir o aprendizado a todos respeitando as diferenças.

Diante do exposto, essa pesquisa foi organizada da seguinte forma: Primeiro foi abordado o conceito de autismo e seu diagnostico diferencial. Em seguida são apresentadas questões referentes à Educação Inclusiva e à política Nacional de Educação. Apresentamos também a abordagem metodológica utilizada, os resultados e discussões, e por fim, a conclusão e as referências.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DO AUTISMO

O transtorno do espectro autista (TEA) possui uma etiologia ainda desconhecida e, embora múltiplas causas sejam admitidas, há diversas hipóteses sobre o seu surgimento. Com o aumento crescente de diagnósticos, as suspeitas se ampliaram e deram origem a diversas hipóteses que não estão totalmente comprovadas. Aparentemente, este é um espectro que ronda a fase da infância.

O primeiro autor a escrever sobre o autismo foi o austríaco Leo Kanner, que no ano de 1943 usou essa palavra para descrever uma série de sintomas que observava em alguns de seus pacientes. O estudo foi desenvolvido no Hospital John Hopkins nos Estados Unidos com o acompanhamento de 11 crianças (oito do sexo masculino e três do sexo feminino), no qual Kanner afirma que o autismo foi considerado uma espécie de psicose infantil (Marinho e Merkle, 2009).

Léo Kanner, psiquiatra austríaco naturalizado norte-americano, foi também pioneiro ao observar crianças internadas com comportamentos diferentes de tantos outros relatados na literatura psiquiátrica existente à época e o primeiro a publicar trabalho sobre o assunto. Relatou a “incapacidade de se relacionarem de maneira normal com pessoas e situações, desde o princípio de suas vidas” (Marinho e Merkle, 2009).

No ano de 1944, Hans Aspenger também apresentou pesquisas com crianças e defini que a psicopatia autista infantil estaria relacionada às características da síndrome de Asperger. O autor destaca a ocorrência da síndrome em meninos, que apresentam falta de empatia, baixa capacidade de fazer amizades, conversação unilateral, foco intenso e movimentos

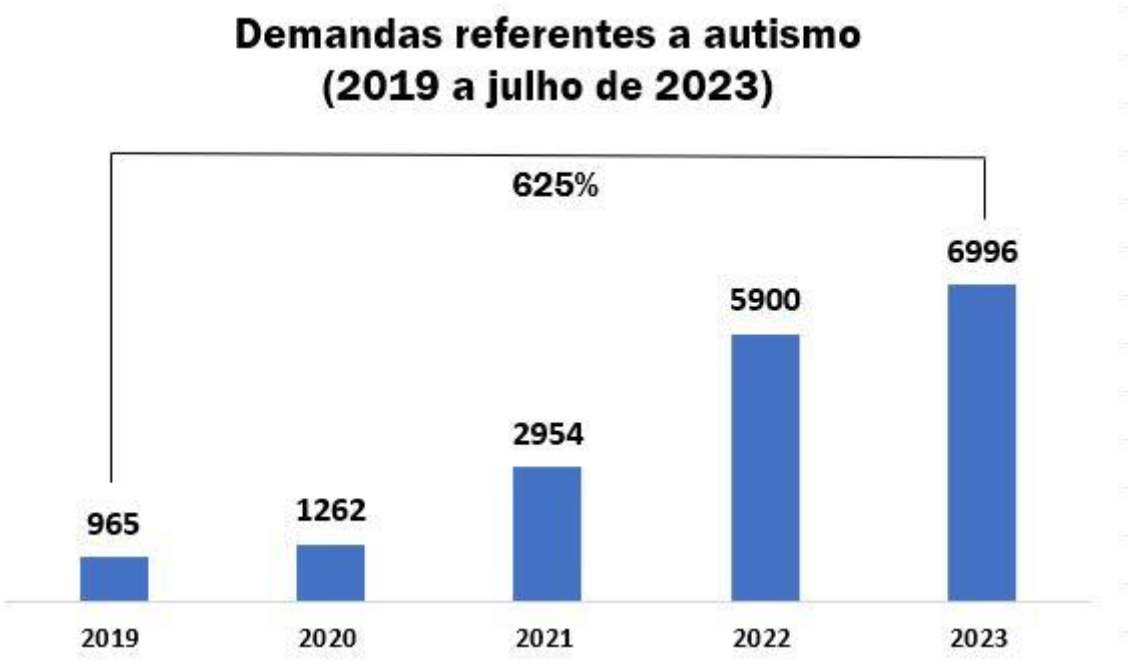
descoordenados, apresentando características específicas atípicas que se manifestam na convivência social, na expressão corporal ou comportamental (Marinho e Merkle, 2009).

Ainda, segundo Marinho e Merkle (2009), o autismo é uma síndrome comportamental com etiologias diferentes, na qual o processo de desenvolvimento infantil encontra-se profundamente distorcido com diferentes sintomas diagnósticos, apresentados uma tríade de prejuízos, tais quais observados por Kanner, que são:

a) Prejuízo qualitativo na interação social.
b) Prejuízo qualitativo na comunicação verbal e não verbal, e no brinquedo imaginativo.
c) Comportamento e interesses restritivos e repetitivos.

De acordo com informações obtidas por meio de acesso ao site Autismo e Realidade a autora Bertaglia (2022) descreve que a prevalência de pessoas com autismo vem aumentando progressivamente ao longo dos anos. Segundo a autora, o Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC) dos Estados Unidos afirma haver cerca de 6 milhões de autistas e que 1 em 36 crianças são diagnosticadas com o transtorno, confirmando um aumento de 22% em relação ao estudo anterior no ano de 2018, divulgado em dezembro de 2021, que estimava que 1 em cada 44 crianças apresentava TEA.

A seguir, é apresentado um gráfico em que a Agência Nacional de Saúde (ANS) destaca um quantitativo das demandas referentes ao autismo.



Fonte: ANS (SIF Consulta – Extração: agosto/2023)

Segundo Mello (2007), quanto ao diagnóstico do TEA, este é baseado no quadro clínico do paciente, com critérios estabelecidos no DSM V, (Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Esse documento foi criado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) para padronizar os critérios diagnósticos das desordens que afetam a mente e as emoções, com avaliação completa e uso de escalas validadas. Este autor afirma ainda que o diagnóstico deve ser realizado por um médico psiquiatra ou neuropediatra especializado na área do autismo. Como afirmam Martins, Preusseler e Zavschi (2002): "Para concluir o diagnóstico, anormalidades em cada uma dessas áreas (interação social, comunicação e comportamentos) devem estar presentes desde os três anos de idade".

Nas principais características dos transtornos acima citados, as autoras enfatizam que no diagnóstico diferencial do autismo estão incluídos quatro transtornos classificados como invasivos, que embora se assemelhem, cada um tem sua especificidade e se destingem entre si, são eles: o transtorno desintegrativo da infância, os transtornos de Rett e Aspeger, e o transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação.

A seguir, abordaremos algumas leis e diretrizes que respaldam os direitos sociais e educacionais da pessoa autista.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLITICAS PUBLICAS DE INCLUSÃO

O processo de inclusão escolar é de responsabilidade de todos da sociedade, sendo dever de todos respeitar e reconhecer a necessidade da pessoa com deficiência ou pessoa com necessidades especiais. Segundo Cavalcante (2005), a educação inclusiva é um direto de todos os estudantes com qualquer tipo de deficiência ou comprometimento mental. Em termos legais, algumas leis e diretrizes fundamentam a legislação com relação a inclusão educacional.

Partindo desse pressuposto, para garantir os direitos adquiridos para um Estado igualitário e democrático, a Constituição Brasileira de 1988 no artigo 208 define os direitos sociais da educação, saúde, moradia, segurança, entre outros a todos os brasileiros, sem distinção.

Na perspectiva de garantia de direitos à pessoa com transtorno do espectro autista, o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de

Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também nomeada como Estatuto da Pessoa com Deficiência. “art. 1º[...] § 2º reconhecem a pessoa com transtorno do espectro autista como uma pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. A construção dessas e outras leis, em consonância com movimentos sociais a favor de uma sociedade igualitária e com equidade, foram pensadas para regulamentar o cotidiano da pessoa com deficiência e tem buscado a promoção de espaços sociais mais heterogêneos e inclusivos.

A escola é um dos espaços sociais fundamentais para a transformação individual e coletiva onde a diversidade humana está presente, entretanto existem desafios importantes para atender os estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem e considerar suas demandas de aprendizagem. O sistema educacional brasileiro não sofreu alterações significativas considerando a pluralidade existente nas características de cada aprendiz, neste sentido a inclusão em educação compreende que cada indivíduo é único e para atendê-lo é preciso compreender que somos seres com necessidades distintas, sendo preciso legitimar políticas públicas educacionais coerente com o processo da democratização do ensino e da sociedade e assim possibilitar uma educação justa, igualitária e acolhedora.

3 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTUDANTES AUTISTAS

É importante apresentar, que a educação inclusiva só acontece quando família e escola estão envolvidas, pois não significa que, ao ser matriculado nas escolas regulares, o aluno autista esteja incluído no processo educacional, entretanto se deve a importância de todos nessa luta pela inclusão, propiciando condições para o desenvolvimento do autista e promovendo o combate à discriminação, para que seja realmente uma educação inclusiva. Desse modo,

> (...) a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora escola (BRASIL, 2008).

A inclusão de um estudante com necessidades especiais é um processo essencial à vida humana em sociedade. No entanto, o conceito que se tem de inclusão nos revela que todos têm direito à educação não apenas os PCD (Pessoa com Deficiência), mas todos os alunos matriculados nas escolas regulares.

O Art. 206 da Constituição Federal de 1988, afirma que o ensino escolar será baseado em alguns princípios, em especial o Inciso I, que defende “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Esse acesso igualitário faz referência a todos os cidadãos brasileiros, incluindo pessoas sem deficiência e aquelas com algum tipo de deficiência, dificuldade ou transtorno, incluindo a pessoa com TEA (BRASIL, 1988).

Percebemos que historicamente, as leis foram assumindo uma preocupação com a educação das pessoas com TEA, demonstrando um avanço nos princípios de cidadania, como afirmado na Lei 13.146/2015:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art.27).

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, dificuldades na comunicação e nas relações social, comportamentos repetitivos e estereotipados, sendo possível apresentar um repertório restrito de interesses e atividades.

O autismo não possui causas totalmente conhecidas, porém há evidências de que haja predisposição genética para ele, dessa forma, esse distúrbio é uma característica de algumas crianças que precisa ser levada em consideração no momento de planejamento de atividades para que o aluno se sinta acolhido e, assim, tenha em seu desenvolvimento escolar um resultado satisfatório, dentro do esperado para ele.

O contexto revelado pela inclusão dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais na escola de ensino regular nos anos finais requer do profissional envolvido nesta modalidade de ensino, a aquisição de conhecimentos para o exercício da profissão, tendo como base a formação acadêmica, pois só com esta preparação é que ele sentir-se-á seguro para trabalhar no ensino regular com a inclusão de pessoa com deficiência.

Nessa perspectiva, compreendemos que o contexto de ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental para o aluno com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na escola regular é repleto de desafios, mas também de infinitas possibilidades de alcançar o que se deseja o ensino e aprendizagem desse aluno em especifico, sendo necessário que o Professor de Língua Portuguesa contribua para que aconteça de fato a interação desse aluno e que seja respeitado o desenvolvimento das habilidades dos alunos com TEA.

Mediante a atual realidade escolar, é notório refletir sobre o que salienta o estudioso Vygotsky (2006, p.113) em relação ao comprometimento dos profissionais do meio educacional "(...) o que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos, poderá fazer amanhã por si só. (...)", pois a relação de afetividade e confiança entre ambos enriquece e contribui para o sucesso desse processo de inclusão obtendo resultados extraordinários no percurso de mediar o ensino do aluno autista e contribuir para o sucesso do ensino não somente da Língua Portuguesa, mas de outras disciplinas, para que este venha desempenhar realmente sua função de cidadão, usufruindo de seus direitos e deveres plenamente.

Os professores que trabalham com alunos "que apresentam necessidades educacionais especiais" devem ser capacitados para o ensino inclusivo, essa formação e ações são definidos, na Resolução CNE (Conselho Nacional de Educação) n. 02/2001, nos parágrafos 1º, do artigo 18 (Brasil, 2001). No parágrafo 1º§

> 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:
> I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
> II– flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
> III – avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
> IV – atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (Brasil, 2001)

Incluir alunos com TEA no ensino regular exige saberes docentes específicos, sendo necessário conhecer as características específicas da criança e a promoção da curricularização necessária. É importante também a preparação e adaptação do espaço e suportes físicos, e quando possível o auxílio de um tutor ou facilitador. (Serra, 2010, *apud* Nascimento,2021). Desse modo, compreendemos que o docente com formação adequada, reconhece as necessidades do aluno com TEA e utiliza a metodologia e técnicas que facilitam a interação, o desenvolvimento e a aprendizagem.

Nesse sentido, o papel social que o professor de educação inclusiva garante na sociedade depende de sua formação. Como descrito na Declaração da Salamanca:

> É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser

> adaptada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas (Declaração de Salamanca, 1994, p, 27).

Destarte, o professor que está engajado em uma prática transformadora possui algumas características que o diferenciam, sendo capaz de conviver com as diversidades e diferenças e assim, comprometendo-se com a ação de levar o aluno à transformação da realidade. Este professor é capaz de pensar no emocional de seus alunos e de si próprio.

4 METODOLOGIA

Para compreender a realidade do objeto desta pesquisa, com base no objetivo principal, na problematização e se tratando de uma pesquisa direcionada para a educação, este estudo teve como enfoque a abordagem qualitativa. O estudo qualitativo é o que se desenvolve em uma situação natural, é rico em dados descritivos, focalizando, de forma complexa e contextualizada, a realidade investigada (Lüdke; André, 2014).

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, realizamos uma pesquisa bibliográfica, pautada em um referencial teórico constituído principalmente por livros e artigos científicos, que embasaram a temática. Neste sentido, e como preconiza Lakatos e Marconi (2009) buscamos estabelecer contato com autores e textos sobre o assunto, para assim colaborar com a análise da pesquisa.

4.1 Participantes

Participaram deste estudo 4 professores da rede pública estadual de ensino do Município de Caetité e Lagoa Real, Bahia. Para participação no estudo, optamos por professores que tenham ou já tiveram experiência, em suas salas com alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). De acordo com as respostas que foram obtidas por meio do questionário, os participantes têm entre 27 e 58 anos, são do sexo masculino e feminino, de nível superior completo, com formação em letras e pedagogia, com experiência profissional entre 2 e 27 anos de ensino.

4.2 Instrumentos

Para a coleta de dados desta pesquisa, foi utilizado um questionário semiestruturado, produzido pela pesquisadora e aplicado aos professores da Língua Portuguesa com alunos autistas, do Ensino Fundamental da escola Prisco Viana, em Lagoa Real e CEEC (Centro estadual de educação especial), de Caetité. Segundo Cervo & Bervian (2002), o questionário é um instrumento que o pesquisador utiliza para obter resposta às questões em um formulário que o próprio informante preenche.

As aplicações do questionário foram agendadas por contatos prévios, em dias e horários de disponibilidade dos participantes, que tiveram seus nomes preservados por questões de sigilo e ética na pesquisa. O questionário foi semiestruturado com perguntas direcionadas ao objetivo da pesquisa e se encontra anexado ao final deste artigo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os questionários com as respostas dos professores ofereceram uma ampla gama de impressões e percepções sobre a inclusão de crianças autistas em salas de aula. Diferenças nas respostas dadas pelos participantes podem refletir a individualidade e complexidade das experiências no processo de inclusão.

Alguns docentes destacaram estratégias específicas de ensino necessárias para atender às necessidades das crianças autistas, bem como procedimentos que podem desenvolver aspectos comportamentais, sociais e de comunicação que demandam uma abordagem diferenciada para promover o aprendizado e o bem-estar desses alunos.

Entretanto outros professores compartilharam experiências mais positivas, destacando os benefícios da inclusão para todos os alunos. Como estratégia para o ensino, foi destacado o uso da dinâmica do grupo, que pode ser enriquecida através da presença de crianças autistas na sala de aula da escola regular promovendo empatia e oferecendo oportunidades de aprendizado para todos os estudantes valorizando a diversidade para toda a comunidade escolar.

Além disso, para que o desenvolvimento do aluno autista aconteça, os professores relataram a importância do envolvimento dos pais, a colaboração com profissionais de apoio e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Segundo Serra (2004), no processo de inclusão do portador do autismo a família estabelece um papel decisivo.

Serão apresentadas a seguir, as respostas às perguntas mais relevante do questionário aplicado, que nos ajudaram nessa discussão, tendo como apoio os objetivos apontados nesta pesquisa.

Inicialmente, os participantes preencheram o questionário com dados da identificação relacionados a nome fictício, idade e tempo de serviço. Dos quatro professores que responderam ao questionário proposto, três responderam ter nível superior completo, e um mestrado incompleto.

Ao serem questionados sobre a necessidade de inclusão escolar de PCD, (pessoa com deficiência) todos responderam de forma positiva que a inclusão é o processo de garantir que as pessoas com diferentes tipos de privações, tenham igualdades de oportunidades na escola, devendo ser estimulados a desenvolver seu potencial.

É importante observar que as pessoas questionadas têm uma visão favorável em relação à inclusão escolar de pessoas com deficiência (PCD). Esse processo envolve a criação de ambientes educacionais que sejam adaptáveis, acolhedores e acessíveis para todos os estudantes, além de práticas pedagógicas inclusivas adaptações curriculares, suportes individuais e uma abordagem centrada nas necessidades específicas de cada aluno. Como firma Silva; Contreras (2017):

> A educação Inclusiva é um direito adquirido por todas as crianças, inclusive daquelas com deficiência. A Educação Inclusiva desses alunos possibilita diversos benefícios não só para o próprio indivíduo em questão, mas também para todos os agentes envolvidos neste processo. (Silva; Contreras, 2017, p, 2).

Os professores também foram questionados quanto ao conhecimento adquirido em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), três responderam que possuíam conhecimento sobre o assunto, como dificuldades na interação social, comunicação, e padrões repetitivos de comportamentos, se manifestando de maneiras diferentes em cada indivíduo. Um afirmou que seu conhecimento é bem razoável.

O entendimento sobre o TEA é crucial para a implementação efetiva de práticas inclusivas na sala de aula, considerando que os alunos com TEA podem apresentar uma ampla variedade de características e necessidades. Compreender essa individualidade é essencial para proporcionar um suporte adequado e personalizado na sala de aula, na comunicação e nas atividades para garantir que todos os alunos possam participar plenamente. Segundo Cunha (2011):

> O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber". (Cunha, 2011, p. 68)

Quanto aos recursos que os professores utilizam para trabalhar com o aluno com TEA, nos anos finais do Ensino Fundamental II, todos disseram que utilizam diversos meios, criando estratégias para trabalhar com o aluno com TEA, como ferramentas visuais para facilitar a comunicação, atividades adaptativas, interação com os colegas, dinâmicas e atividades lúdicas.

Desse modo, compreendemos que a preparação adequada dos professores desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente educacional inclusivo e na promoção do desenvolvimento de estudantes autistas.

Professores especializados compreendem as necessidades específicas de cada aluno autista, visto que cada indivíduo no espectro do autismo é único, e os educadores precisam estar cientes das diferenças e semelhanças para oferecer suporte personalizado. Como afirmam Ribeiro e Blanco (2016), há uma complexidade educacional que envolve o TEA e assim é preciso que os professores estejam preparados para desenvolverem um trabalho com os mesmos e também que adequem alternativas de acordo a realidade desses alunos.

Sobre o desenvolvimento das questões propostas na sala de aula, os docentes responderam, que inicialmente, o autista teve dificuldades na adaptação de rotinas sendo um desafio para o aluno, precisando de apoio adicional, para compreender as tarefas e interações sociais.

É importante proporcionar um ambiente mais previsível para o aluno com TEA, estabelecendo rotinas consistentes e estruturadas, isso pode ajudar a reduzir a ansiedade e oferecer um senso de segurança.

Sobre a capacitação para trabalhar com alunos autistas, dois relataram que se sentem capacitados, afirmando ser perceptível o desenvolvimento do aluno no período de instrução. Esses professores declaram buscar aperfeiçoamento e trabalhar com amor. Os outros dois professores declararam que não se sentem capacitados e relataram a necessidade de mais capacitação, refirmando que cada aluno é único.

Capacitar professores é muito importante para a melhorias do ensino para aluno autista, pois os desafios de ensino aprendizagem podem variar de acordo a idade, desenvolvimento e habilidades de cada aluno.

Considerando a importância no estabelecimento de bons relacionamentos no espaço educacional, compreendemos que o envolvimento emocional pode favorecer o aprendizado e beneficiar as relações afetivas entre educadores e estudantes com ou sem deficiência. Como preconiza Freire (2000), educar é um ato de amor e coragem que não pode ser temente ao debate.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração do discente com TEA, deve estar muito além da inserção da sua presença em sala de aula, devemos identificar e compreender as dificuldades de ensino e inclusão de alunos com necessidades especiais dentro da escola e pensar a importância de uma implementação educacional efetiva e inclusiva, que realmente promova seu bem-estar e desenvolvimento e que se manifeste nas ações cotidianas, criando um ambiente que acolhe e apoia a diversidade. Dar-se então importância da colaboração entre diferentes partes interessadas como famílias, governo e escolas sendo importante essa parceria para criar um espaço de apoio que ofereça uma educação de qualidade para crianças autistas, e seu desenvolvimento incluindo aspectos sociais, emocionais e comportamentais, como apoio especializado, atendimento psicopedagogo, terapia ocupacional, fonoaudiologia, e outros recursos que atendam às necessidades particulares das crianças autistas.

Essa pesquisa evidencia a importância de proporcionar formação específica para os professores sendo extremamente necessária, visto que a falta dessa concepção pode impactar negativamente na prática escolar docente, sendo crucial ter habilidades necessárias para lidar efetivamente com a diversidade na sala de aula, e no processo de inclusão escolar, criando situações e estratégias pedagógicas que facilitam a inclusão de todos os alunos independentemente de suas diferenças. Faz-se necessária uma formação adequada e atualização contínua para incluir todos na sala de aula alinhando-se a princípios fundamentais de equidade e justiça social,

Ao investir na criação de uma educação inclusiva, a escola não apenas atende às necessidades individuais dos alunos autistas, mas também promove um ambiente mais enriquecedor para todos os estudantes. Além disso, é importante o envolvimento de pais e educadores no processo educacional para a promoção de um estreitamento de laços entre a escola e comunidade.

Destarte, programas e projetos que promovam a inclusão dentro das instituições de ensino são de grande importância, sendo iniciativas que não apenas contribuem para o desenvolvimento pessoal dos alunos autistas, mas também contribuem com o avanço da sociedade de maneira geral.

Sabemos que as legislações também desempenham um papel fundamental na conscientização da sociedade sobre as necessidades e direitos das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). A criação efetiva de leis inclusivas para pessoas autistas protege os direitos individuais e favorece a construção de uma sociedade mais igualitária. Desse modo, refirmando o que foi dito sobre Leis de direito a pessoa autista:

> A Lei nº 12.764/12 foi promulgada instituindo assim a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista, estabelecendo direitos como a integridade física e moral, a inclusão social, resguardando a igualdade e a dignidade da pessoa humana bem como o reconhecimento do autista como uma pessoa com deficiência, abarcando assim, todos os direitos legais previstos para as pessoas deficientes (Brasil, 2012)

Como apresentado anteriormente, o objetivo principal dessa pesquisa é contribuir com o ensino inclusivo da Língua Portuguesa para estudantes com transtorno autista matriculados na escola regular para um melhor desenvolvimento no seu processo de aprendizagem. Desse modo, o ensino de Língua Portuguesa para alunos autistas nos anos finais do ensino fundamental pode apresentar desafios específicos, demandando abordagens e estratégias pedagógicas diferenciadas, bem como adaptações para promover a inclusão e o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. Ao adotar uma abordagem personalizada e inclusiva, é possível enfrentar os desafios do ensino, promovendo um ambiente educacional mais acessível a cada estudante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico estatístico de transtornos mentais**: DSM-V. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BERTAGLIA, B. **Uma a cada 44 crianças é autista, segundo CDC. Autismo e Realidade, 2022**. Disponível em: \<https://autismoerealidade.org.br/2022/02/04/uma-a-cada-44-criancas-e-autista-segundo-cdc/\>. Acesso em março de 2023.

BRASIL**. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: \<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm\>. Acesso em outubro de 2023.

BRASIL. **Resoluções do CNE.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12816. Acesso em: Agosto de 2023.

BRASIL. **Lei da Educação Especial.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacaoespecial#:~:text=LEI%20No%2010.098%2C%20DE%2019,reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: Outubro de 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em**:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: Outubro de 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: Setembro de 2023.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em Julho de 2023

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994. Disponível em: \<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf\>. Acesso em novembro de 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 15. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact.** In: The Nervous Child. Baltimore: Childcare Publication, 1943. p. 217-250. Disponível em: \<http://www.neurodiversity.com/library_kanner_1943.pdf\>. Acesso em agosto de 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M**. Metodologia científica.** 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p.

MARINHO, E. A. R, MERKLE, V. L. B. Um olhar Sobre o Autismo e Sua Especificação. PUCPR, 2009. Disponível em: https://docplayer.com.br/90249-Um-olhar-sobre-o-autismo-e-sua-especificacao.html. Acesso em Setembro de 2023.

MARTINS, A. S. G.; PREUSSELER, C. M.; ZAVSCHI, M. L. S**. A psiquiatria da infância e da adolescência e o autismo.** In: BAPTISTA, Claudio; BOSA, Cleonice (org.). Autismo e Educação- Reflexões de propostas e intervenção. Artmed, 2002.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. **Demandas dos professores e inclusão escolar**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, 2015.

MELLO, A. M. S. R. de. **Autismo: guia prático.** 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

ORRÚ, E.S. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SERRA, A. M. J.M. **Saberes e Práticas da inclusão: Dificuldade acentuadas de aprendizagem autismo**.; Brasília, 2004.

SILVA, A. E. da; CONTREAS, H. S. H. **A inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. Ensaios Pedagógicos**, v. 7, nº 1, jan/jun2017. Disponível em http://www.opet.com.br.faculdade/revista-pedagogia/pdf/n13/artigo3.pdf. Acesso em Novembro de 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Prezado(a) Participante,

Este questionário é parte da pesquisa de TCC intitulada **Desafios e dificuldades do ensino de língua portuguesa para o aluno autista nos anos finais do Ensino Fundamental II** que busca, como objetivo principal, discutir os desafios do ensino de Língua Portuguesa para estudantes com transtorno autista na escola regular, analisar o papel do professor junto a educação especial. Assim, solicito a sua colaboração para responder às questões aqui propostas. As informações prestadas terão o anonimato garantido e serão fundamentais para a conclusão deste estudo que tem a pretensão de contribuir com a Educação Especial.

1- Dados de Identificação:
Iniciais de seu nome (ou nome fictício): _____
Idade:_____
Cargo/função:_____
Tempo de Experiência:_____

Qual a sua formação?

Superior/Curso (completo/ incompleto)	**Especialização/Área (completo/ incompleto)**	**Mestrado/Área (completo/ incompleto)**	**Doutorado/Área (completo/ incompleto)**

1- Para você, o que é inclusão de PCD (Pessoas com deficiência)?
_____
_____

2- Você tem conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)?
_____

3- Caso você tenha algum aluno com TEA em sala de aula, poderia descrever sua experiência?
_____
_____

4- Quais os recursos que você utiliza para trabalhar com o aluno com TEA?

5- Como o aluno com TEA desenvolve as atividades propostas dentro da sala de aula?

_____

_____

_____

6- O que você acha necessário para que esse aluno seja incluído e possa participar de todas as atividades com as outras crianças? A escola oferece algum tipo de apoio?

_____

_____

_____-

7- Descreva os principais desafios que você já enfrentou ou enfrenta no processo de inclusão de alunos autistas em sala de aula:

_____

_____

_____

8-Você recebe treinamento, ou tem algum conhecimento prático/ou teórico sobre como trabalhar com alunos autistas em sala de aula? Quais?

_____

_____

_____

9- Você se sente capacitado para trabalhar com alunos autistas? Por quê?

_____

_____

_____

Obrigada por sua participação!